



Ata da 35ª (trigésima quinta) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 20 (vinte) de Outubro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezesete) horas do dia 20 (vinte) de outubro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, cumprimentando a todos os presentes e ouvintes, e fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Ofício nº 170/2025, do Poder Executivo, em resposta ao Requerimento, encaminhado pelo Ofício nº 137/2025/GP; Item 2: Ofício nº 171/2025, do Poder Executivo, referente a sanção das Leis Municipais nºs: 978/2025, 979/2025, 980/2025, 981/2025, 982/2025, 983/2025, 984/2025, 985/2025, 986/2025, 987/2025 e 988/2025; Item 3: Ofício nº 90/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em resposta ao Requerimento nº 101/2025 — autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando manutenção nas lâmpadas no Sítio Tabuleiro, especificamente, e frente ao Posto de Saúde José Garcia de Lima, em frente à Residência do Sr. Lorival e do Sr. Eudo; Item 4: Ofício nº 91/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, solicitando participação do Secretário Antônio Almeida Leite na Sessão Ordinária a ser realizada no dia 20 de Outubro, para prestar esclarecimentos acerca do serviço de coleta de lixo no Município de Altaneira/CE e Item 5: Informações, da Câmara dos Deputados, acerca das transferências de recursos da União (constitucional, legal e voluntária) aos municípios. Seguindo para os registros da Presidência, inicialmente o Presidente Professor Deza Soares homenageou o Dia Nacional da Pecuária, celebrado no último dia 14 (quatorze), ressaltando a importância do setor para o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e o fortalecimento do agronegócio no país. Em seguida, registrou homenagem ao Dia do Professor, comemorado em 15 (quinze) de outubro, parabenizando todos os profissionais da educação pela dedicação, paciência e sabedoria com que transformam vidas e constroem o futuro por meio do ensino, ato que considerou expressão de amor e compromisso com a sociedade. Nessa mesma data, registrou o aniversário da Assessora de Finanças da Casa, Laila Ribeiro, a felicitando e desejando-lhe saúde, paz e sucesso. Já sobre o dia 16 (dezesesseis) de outubro, registrou a celebração do Dia Mundial da Alimentação, destacando-se a importância do acesso a uma alimentação saudável, equilibrada e sustentável, como forma de garantir dignidade, saúde e qualidade de vida. Nessa linha, o Presidente elogiou o Governo Federal, na pessoa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelos avanços no combate à fome e na promoção da segurança alimentar, ressaltando a redução significativa dos índices de insegurança alimentar no país. O Presidente registrou também a publicação de Nota de Repúdio da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Altaneira, assinada pela Procuradora Titular, Vereadora Tia Janne, e pela Procuradora Adjunta, Vereadora Professora Ana Maria, em manifestação de repúdio ao ato de violência física sofrida por Amélia Carlos da Silva, no dia 11 (onze) de outubro, durante os festejos em homenagem à padroeira Santa Tereza d'Ávila. Retomando às datas celebrativas, o Presidente registrou o aniversário da servidora da Casa, Maria Ribeiro (popularmente conhecida como "Dena"), celebrado no último dia 18 (dezoito) e, na mesma data, celebrou o Dia do Médico, reconhecendo a dedicação e o compromisso desses profissionais com o cuidado à vida, expressando gratidão a todos os médicos do país, especialmente ao seu filho Dr. Pedro Ícaro Alencar Soares e ao sobrinho Dr.



Hércules Alencar Soares. **PARTICIPAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, ANTÔNIO LEITE:** Após as saudações e cumprimentos iniciais, o Secretário Antônio Leite prestou esclarecimentos acerca do requerimento verbal apresentado pelo vereador Júnior do Povo, referente à situação da limpeza pública do município. O Secretário informou que o contrato com a empresa AC Engenharia encerrou-se em julho e foi aditivado por mais 60 (sessenta) dias, com término em 26 (vinte e seis) de setembro. Explicou que, no dia 8 (oito) de setembro, o município encaminhou ofício e e-mail à empresa solicitando novo aditivo contratual, obtendo, inicialmente, resposta negativa. Posteriormente, a empresa afirmou que analisaria o pedido, mas não apresentou retorno até o fim do prazo, afirmou. Esclareceu ainda que, antes do encerramento do contrato, o engenheiro responsável comunicou que, a partir do dia 26 (vinte e seis) de setembro, a empresa interromperia os serviços, retirando os caminhões de coleta, inclusive dois veículos locados, sem justificativa formal, segundo o Secretário. O gestor da pasta relatou estranhamento ao constatar que, no dia 17 (dezesete) de setembro, a mesma empresa participou de licitação para o mesmo serviço, o que o levou a concluir que houve intenção de provocar transtornos durante o período dos festejos da padroeira, prejudicando a imagem da gestão municipal. Diante da paralisação, o Secretário informou que convocou, em 27 (vinte e sete) de setembro, uma reunião com os garis, os quais, de forma voluntária, de acordo com ele, se dispuseram a manter a limpeza da cidade, afirmando que não deixariam Altaneira suja, mesmo que precisassem trabalhar sem remuneração. Para mais, relatou que, com apoio da equipe e do servidor Clodoaldo, que disponibilizou caminhão próprio, foi possível garantir a continuidade da limpeza pública durante os dias de festa, utilizando também a caçamba do município. Informou, ainda, que, após quinze dias de esforço emergencial, foi concluído o processo licitatório, sendo a empresa Monteiro Engenharia a vencedora. Informou que a nova empresa assumiu os serviços em 16 (dezesesseis) de outubro, fornecendo uniformes, equipamentos de proteção, botas e capacetes aos servidores, bem como dois fardamentos para cada gari. Diante da situação, o Secretário destacou a dedicação e o comprometimento da equipe de limpeza, registrando inclusive imagens da situação da cidade no dia 27 (vinte e sete) de setembro, demonstrando o acúmulo de entulhos deixado pela empresa anterior. Finalizou colocando-se à disposição dos vereadores para questionamentos e esclarecimentos adicionais. Durante o momento destinado a comentários e questionamentos dos parlamentares, o vereador Júnior do Povo agradeceu ao Secretário, em nome do senhor Lorival Camilo, pelo atendimento ao requerimento referente à reposição de lâmpadas queimadas. Ressaltou, contudo, que, segundo ele, alguns secretários têm orientação para não atender solicitações de sua autoria, mesmo quando feitas em nome da população. Em seguida, o vereador tratou da situação da limpeza pública do município, destacando a explicação do Secretário de que a empresa AC Engenharia não demonstrou interesse em continuar prestando o serviço, motivo pelo qual a prefeita teria decretado situação emergencial e determinado a contratação temporária de outra empresa para a execução da limpeza e coleta de lixo. O vereador observou que, na sua avaliação, a gestão teve tempo suficiente para realizar nova licitação e que o contrato com a AC Engenharia já vinha sendo prorrogado desde a gestão passada. Nesse sentido, apresentou os seguintes questionamentos ao gestor da pasta: "Tem alguma base legal para a continuidade do serviço prestado sem contrato? Quem foi que autorizou os caminhões caçambas da prefeitura e de terceiros para os trabalhadores sem nenhum vínculo com o município? Por que a gestão municipal escolheu, por inexigibilidade, a Monteiro e Serviços e Construções Ltda., uma vez que, segundo afirmou, o processo de inexigibilidade deveria observar o menor preço, o que, em sua análise, não ocorreu. Questionou também se os trabalhadores que atuaram nesse período receberão remuneração; número atual de garis contratados pela empresa Monteiro e Serviços e Construções Ltda se a gestão municipal possui débitos com a empresa AC Engenharia". Por fim, o vereador alertou que, caso tenha havido prestação de serviços sem pagamento, essa situação poderia caracterizar trabalho análogo à escravidão, conforme o artigo 149 (cento e quarenta e nove) do Código Penal. Destacou que reconhece a boa vontade dos servidores que atuaram por amor à cidade, e que também pode ter havido algum trabalhador que possa ter agido pensando em "garantir a sua vaga", mas advertiu que o



município poderia ser responsabilizado judicialmente se confirmada a ocorrência de trabalho não remunerado, do mesmo modo que advertiu que, na administração pública, qualquer empresa só pode prestar o serviço havendo um contrato. A vereadora Professora Ana Maria informou que há cerca de vinte dias existe um entulho acumulado na Rua Vicente Ferrer. Diante disso, questionou como está sendo realizado o trabalho de retirada e qual o cronograma adotado, se por rua ou por quarteirão. A vereadora Tia Janne apresentou dois questionamentos ao Secretário: o primeiro sobre a iluminação da zona rural, indagando se há previsão para a execução dos serviços e cobertura dos pontos atualmente desligados; e o segundo sobre a reestruturação das passagens molhadas, perguntando se há previsão de execução e se já existe um estudo elaborado a respeito. Em seguida, a vereadora reconheceu as dificuldades enfrentadas pela gestão em razão dos problemas com empresas contratadas e processos licitatórios, mas parabenizou o Secretário pelo esforço e dedicação em buscar o melhor para o município. Destacou que as críticas fazem parte da administração pública, sendo as construtivas fundamentais para o aprimoramento da gestão. Por fim, mencionou o trabalho voluntário de diversas pessoas que colaboram em diferentes áreas e ressaltou que, a seu ver, o trabalho voluntário é válido quando realizado por iniciativa própria. O vereador Professor Nonato iniciou sua fala afirmando que a administração pública deve funcionar com base na boa organização de seus gestores. Ressaltou que a empresa AC Engenharia prestava serviços de limpeza urbana em Altaneira há aproximadamente seis anos e que já havia feito um aditivo, sendo que o município manifestou interesse em um segundo, no qual a empresa, dentro do seu prazo (vinte e seis de setembro), manifestou desinteresse. Observou, contudo, que, conforme informado pelo Secretário, o município já possuía um processo licitatório em andamento para a continuidade do serviço. O vereador questionou como foram realizados os cálculos da nova licitação, destacando que o valor do contrato anterior era de aproximadamente R\$ 140.000 (cento e quarenta mil reais), enquanto o novo processo prevê cerca de R\$ 260.000 (duzentos e sessenta mil reais), representando um aumento expressivo. Sugeriu que o reajuste pode ter influenciado a decisão da empresa anterior de não renovar o contrato. Após, o parlamentar abordou a dispensa de licitação utilizada para garantir a continuidade dos serviços, reconhecendo a legalidade do procedimento em casos de serviços essenciais, como a limpeza urbana, mas ressaltando que ele deve seguir critérios técnicos. Solicitou esclarecimentos sobre qual foi o critério que a administração pública de Altaneira, na pessoa da prefeita Ana Késia, utilizou para dispensar a Empresa AOS Construções, com proposta no valor de R\$ 278.350,00 (duzentos e setenta e oito mil, trezentos e cinquenta reais), a Flay Engenharia, com proposta no valor de R\$ 293.741,00 (duzentos e noventa e três mil, setecentos e quarenta e um reais), para chegar na Empresa Monteiro, com proposta no valor de R\$ 319.000 (trezentos e dezenove mil reais), reforçando que a regra geral é a escolha pelo menor preço, salvo impedimentos devidamente justificados. O vereador ressaltou ainda que, em sua avaliação, o fato de a gestão ter realizado um aditivo contratual e aberto um novo processo licitatório demonstra que a própria administração não tinha mais interesse na continuidade dos serviços prestados pela empresa anterior. Informou que, conforme registros públicos em vídeos e fotos georreferenciadas, o contrato com a empresa AC Engenharia foi encerrado no dia 26 (vinte e seis) de setembro, sexta-feira, ocasião em que todo o material da empresa foi recolhido. Acrescentou, contudo, que até o dia 17 (dezesete) do mesmo mês a caçamba do PAC ainda realizava a coleta e retirada do material da limpeza urbana do município. Observou também, que, de acordo com informações constantes no processo licitatório, a dispensa de licitação já estava concluída no dia 25 (vinte e cinco) de setembro, com todas as empresas habilitadas para assumir o serviço. Assim, segundo ele, é provável que a empresa que deixou de executar o serviço no dia 26 (vinte e seis) já tivesse conhecimento dessa situação. Concluindo, solicitou informações sobre o andamento da licitação definitiva da limpeza urbana, perguntando quais empresas foram vencedoras e apresentou requerimento verbal ao Secretário presente para que seja realizado o patrolamento da estrada de acesso ao Vale do São Romão, destacando as más condições do trecho, com buracos e desgaste. O vereador Paulo Geaneo indagou o motivo pelo qual ainda não foram realizadas as melhorias nas estradas que ligam as localidades Lixão, Parque de Vaquejada e Lagoa Seca,



destacando que o trecho total não chega a dez quilômetros. Ressaltou que o município dispõe de máquinas, operadores e combustível, questionando, assim, o que tem impedido a execução desses serviços. Em seguida, o vereador comentou sobre a dificuldade de encontrar pessoas dispostas a trabalhar, mesmo mediante pagamento, observando que causa estranheza o fato de haver quem atue voluntariamente na limpeza pública, sem remuneração. Afirmou considerar “milagroso” que a gestão municipal consiga trabalhadores dispostos a prestar serviços sem qualquer retorno financeiro. O vereador Paulo Robson expressou reconhecimento pelo trabalho desenvolvido pelo Secretário de Infraestrutura no conjunto das ações do município. Destacou o comprometimento e a liderança exercida pelo gestor junto aos servidores e funcionários das empresas terceirizadas que atuam sob sua responsabilidade. O vereador afirmou que considera legítimo o trabalho voluntário, ressaltando que já prestou serviços de forma voluntária como professor da rede pública, sem ver nisso qualquer irregularidade. Citou ainda exemplos de outros profissionais que, segundo ele, também realizam atividades voluntárias em benefício da comunidade, como consultas médicas à domicílio, sem que isso gere polêmicas. Nessa linha, elogiou a dedicação dos garis — remunerados ou voluntários — que se empenharam em manter a cidade limpa durante o período festivo. Reconheceu que os processos licitatórios são complexos e podem causar atrasos na prestação de serviços, mas afirmou confiar na equipe técnica da atual gestão, formada para evitar possíveis equívocos ocorridos em administrações anteriores. Para mais, observou que algumas críticas e questionamentos apresentados por outros parlamentares pareciam, em sua visão, torcer pelo caos administrativo. Reforçou, portanto, seu reconhecimento à atuação do Secretário e de toda a equipe de limpeza, destacando a eficiência e a organização demonstradas para garantir que a cidade permanecesse limpa e bem apresentada durante as festividades. Em aparte, o vereador Zé de Zuza felicitou a Assessora de Finanças da Câmara, Laila Ribeiro, pela passagem de seu aniversário. Em seguida, comentou sobre o tema do trabalho voluntário, afirmando não saber que tal prática seria proibida. Relatou que já exerceu atividades voluntárias e que sua esposa atua voluntariamente na Igreja Católica, junto a diversas outras pessoas, entendendo que essa forma de colaboração é comum e legítima. O vereador ponderou que, caso o trabalho voluntário fosse passível de punição, muitas instituições religiosas seriam afetadas. Disse ainda que pretende se informar melhor sobre o assunto e lembrou que um dos colegas vereadores já mencionou ter atuado voluntariamente com o doutor Hércules, podendo, portanto, reivindicar seus direitos caso entendesse necessário. Para encerrar, agradeceu ao Secretário pela presença e pelo trabalho desenvolvido no município, reconhecendo o esforço e a dedicação empregados, mesmo diante da falta de recursos e equipamentos adequados. Quanto às estradas citadas por outro vereador, observou que, embora apresentem problemas, a simples passagem da máquina poderia piorar a situação, relatando que, na gestão anterior, após o nivelamento, os moradores reclamaram do acúmulo de areia nas vias poucos dias depois da manutenção. De volta com a fala, o vereador Paulo Robson reforçou o reconhecimento ao trabalho de todos os envolvidos e destacou que eventuais dúvidas relacionadas aos critérios de licitação ou a possíveis favorecimentos, mencionados de forma implícita por alguns colegas, devem ser encaminhadas ao Ministério Público, órgão competente para apurar tais denúncias. O vereador alertou, entretanto, que é necessário agir com coerência e responsabilidade ao acionar o Ministério Público, apenas quando houver dados e provas suficientes que justifiquem uma investigação mais aprofundada. Ressaltou que encaminhar denúncias baseadas apenas em comentários ou informações superficiais contribui apenas para sobrecarregar o órgão, como ocorreu no episódio da realocação de servidores, cuja denúncia foi posteriormente arquivada. Apontou esse caso como exemplo do cuidado técnico que a equipe da prefeita tem demonstrado na condução administrativa, frisando que há um esforço contínuo para evitar erros, conforme orientação direta da gestora. Concluiu afirmando acreditar que, especialmente nos processos licitatórios, a prefeita age com zelo e transparência, e reiterou que as provocações ao Ministério Público devem ocorrer somente diante de fatos concretos e devidamente comprovados. O vereador Professor Deza Soares apresentou questionamentos referentes à realização das podas de árvores no município, destacando que há diversas reclamações da população sobre o



tema, especialmente em locais onde os galhos representam risco à rede elétrica. Assim, solicitou esclarecimentos quanto ao projeto previsto para execução desse serviço e ao planejamento da Secretaria responsável para solucionar o problema. Na sequência, abordou outro tema ligado à área ambiental e de infraestrutura: o projeto de revitalização da Lagoa Santa Tereza. O vereador afirmou que já observou modificações estruturais no projeto original, mencionando a construção de muros e edificações em áreas que, conforme o projeto arquitetônico, seriam indevidas. Ressaltou que tais construções alteram a proposta inicial e comprometem a visibilidade e o valor paisagístico da Lagoa, especialmente para quem chega à cidade pelo sentido Assaré-Altaneira. Acrescentou ainda que, de acordo com o projeto original — elaborado a partir de uma proposta de sua autoria —, as casas já existentes no entorno seriam mantidas, mas novas construções deveriam ser evitadas para preservar o conceito arquitetônico e ambiental. Diante disso, solicitou esclarecimentos do Secretário sobre quais medidas estão sendo adotadas para fiscalizar e conter essas construções irregulares, bem como sobre o andamento geral do projeto. Ao final, propôs que, considerando a quantidade de questionamentos apresentados ao Secretário, fosse concedido um tempo maior para suas respostas. Assim, após consulta ao plenário, foi aprovada a concessão de 20 (vinte) minutos para que o Secretário pudesse se manifestar. Retornando à tribuna, o Secretário Municipal de Infraestrutura, Antônio Leite, iniciou suas considerações respondendo ao vereador Júnior do Povo quanto aos critérios de escolha das empresas participantes de licitações. Esclareceu que tais critérios são definidos por uma comissão técnica e não pela Secretaria de Infraestrutura, sendo esta responsável apenas por acompanhar os processos e aplicar as decisões técnicas dos setores competentes. Sobre o uso de materiais e veículos durante o período de transição contratual, informou que, após o encerramento do contrato com a empresa anterior, nenhum gari utilizou uniforme com logomarca da prestadora, e que os serviços foram mantidos com os equipamentos disponíveis do município, incluindo o uso de uma caçamba do PAC, considerando tratar-se de um serviço essencial que não poderia ser interrompido. Em relação à atuação voluntária de servidores, o Secretário afirmou não haver irregularidade em pessoas se disporem a prestar serviços voluntariamente, ressaltando que o importante é o compromisso e a qualidade do trabalho executado. Informou ainda que os garis que atuaram antes da assinatura do novo contrato o fizeram de forma voluntária, e que, após a formalização contratual, passaram a receber normalmente conforme o acordo vigente. Prosseguindo, esclareceu que desconhece qualquer dívida do Município com a empresa AC Engenharia, afirmando que todos os pagamentos de medições e funcionários foram devidamente quitados. Citou, contudo, que durante o período contratual houve falhas no cumprimento de exigências técnicas — como a utilização de veículos fora do padrão previsto — e relatou situações de precariedade e irregularidades observadas, inclusive o fato de o engenheiro responsável pelo contrato também figurar como profissional vinculado à empresa, o que, segundo ele, causou estranheza. Respondendo à vereadora Tia Janne, informou que a nova empresa de iluminação pública já está em atividade, realizando levantamento das lâmpadas queimadas e preparando um sistema de mapeamento por aplicativo, o que permitirá melhor controle dos pontos com falhas. Disse ainda que, apesar da equipe reduzida, tem se empenhado pessoalmente na fiscalização noturna, buscando garantir a manutenção da iluminação tanto na sede quanto na zona rural. Ao vereador Professor Nonato, explicou que a empresa anterior foi notificada para possível renovação contratual no dia 8 (oito) de setembro, enquanto a nova licitação ocorreu no dia 17 (dezessete), portanto sem conflito de datas. Acrescentou que o aumento do valor contratual na nova licitação se deve à inclusão de custos com o transbordo dos resíduos sólidos, em virtude do encerramento do lixão municipal e da necessidade de transporte dos resíduos para municípios vizinhos, como Salitre ou Juazeiro do Norte. Sobre as estradas vicinais, o Secretário relatou as dificuldades enfrentadas para execução dos serviços sem maquinário completo, como carro-pipa e rolo compactador, o que compromete a durabilidade das obras. Afirmou que o trecho da CE-488 é de responsabilidade do Estado, mas que a prefeitura realiza, dentro das limitações, manutenções emergenciais. Informou também que há planejamento para serviços de recuperação nas localidades da Lagoa Seca e região adjacente, com uso de piçarra e acompanhamento técnico. Quanto



a questão das podas na cidade, informou que o município ainda se encontra com equipe reduzida, contando com apenas dois profissionais e que a secretaria está aguardando a conclusão da licitação para que se possa exigir da empresa duas equipes de podas para que o serviço seja ofertado de forma mais adequada. Sobre a Lagoa Santa Tereza, esclareceu que o projeto está em revisão, com nova topografia sendo realizada, e informou ter recebido notificação do Ministério Público referente a uma medição supostamente irregular feita no período eleitoral anterior. Disse que o engenheiro responsável já prestou esclarecimentos e que a Secretaria está dentro do prazo para responder oficialmente ao órgão. Quanto à limpeza urbana, destacou que a equipe municipal permanece reduzida, mas que o planejamento foi reorganizado: a coleta agora é diária em toda a cidade, inclusive nas partes altas, e passou a ser feita à tarde no centro, para otimizar o serviço e reduzir o acúmulo de lixo. Após, o Presidente Professor Deza Soares questionou sobre procedimentos para encerramento do lixão, ao passo que o Secretário informou que o processo de licitação para o encerramento definitivo do lixão está em trâmite, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, e encerrou suas palavras sugerindo à Câmara que conceda uma Medalha de Honra ao Mérito aos garis que atuaram voluntariamente na continuidade da limpeza pública, reconhecendo o esforço e a dedicação desses trabalhadores para manter a cidade limpa. O vereador Professor Nonato solicitou questão de ordem, segundo o artigo 33 (trinta e três). Porém, o Presidente Professor Deza Soares não fez a concessão da palavra por entender que na situação não cabia uma questão de ordem, arguindo que o Secretário fez menção direta ao nome dos vereadores por estar respondendo a todas as perguntas que lhe foram feitas. **TEMA LIVRE:** O vereador Júnior do Povo agradeceu a presença do Secretário Municipal de Infraestrutura, reconhecendo a disponibilidade em prestar esclarecimentos à Casa. Observou, contudo, que, apesar do esforço do secretário em responder aos questionamentos, alguns pontos técnicos deveriam ter sido abordados pelo Secretário de Administração e Finanças, cuja ausência considerou um equívoco de sua própria parte por não tê-lo convidado. Após, parabenizou as servidoras da Casa, Laila Ribeiro e Maria Ribeiro (Dena), pela passagem de seus aniversários. Em alusão ao Dia do Médico, o parlamentar registrou homenagem aos profissionais da saúde, em especial aos médicos Dr. Hércules e Dr. Pedro Ícaro, estendendo o reconhecimento a todos os médicos altaneirenses e brasileiros que exercem a profissão com compromisso e dedicação à vida. Ao retomar o debate sobre os garis que atuaram na limpeza pública sem vínculo formal durante o período de transição contratual, o vereador afirmou que tal situação configura analogia ao trabalho escravo, conforme o artigo 149 (cento e quarenta e nove) do Código Penal, que prevê punição para quem submete pessoas a trabalho forçado, jornada exaustiva ou condições degradantes. Defendeu que esses servidores poderiam recorrer judicialmente ou formalizar denúncia, uma vez que, segundo ele, trabalhar sem remuneração sob sol intenso caracteriza violação de direitos trabalhistas. Ressaltou, ainda, que, embora os trabalhadores demonstrem amor e compromisso com a cidade, o poder público deve garantir que todo serviço prestado seja devidamente remunerado, especialmente considerando o orçamento municipal disponível. O vereador também mencionou o arquivamento de uma notícia de fato (nº 01/2025.1000.4111), referente a denúncia que fez referente a perseguição política, reforçando que existem três ações civis públicas em andamento, instauradas pelo Ministério Público do Estado, com base em situações que, segundo ele, demandam investigação. Relatou uma dessas ações, referente à Secretaria de Educação, instaurada sob o número 0920.25.0002-5895/9, que trata da dispensa de licitação nº 2025.0129, relacionada a “contratação” de 200 (duzentas) cadeiras para a Jornada Pedagógica, ainda que o município tenha adquirido, em setembro do ano passado, 800 (oitocentas) cadeiras. O vereador afirmou ter presenciado o evento e estimado cerca de 150 (cento e cinquenta) participantes, questionando a necessidade da quantidade adquirida. Disse que o Promotor de Justiça Dr. Ariel determinou a conversão da notícia de fato em inquérito civil público, com intimação do secretário e da ex-pregoeira Luciclean Calixto da Silva Alves, o que, segundo o vereador, reforça a existência de indícios que justificam a apuração. Por fim, mencionou outra denúncia referente à presença de um servidor condenado por improbidade administrativa, identificado como Antônio Carneiro Arrais, que, conforme afirmou, estaria atuando em empresa



terceirizada prestadora de serviços ao município. O vereador sustentou que a legislação vigente impede a contratação de pessoas nessa condição e lamentou que, segundo ele, a Procuradoria tenha minimizado o caso. Ressaltou que sua denúncia se baseia em documentos oficiais e que sua intenção é zelar pela correta aplicação dos princípios da legalidade e moralidade na administração pública. O vereador Paulo Robson reforçou cumprimentos ao Secretário de Infraestrutura pela presença e estendeu cumprimentos ao chefe da Guarda Municipal, Iranildo Lima, reconhecendo o trabalho excepcional da equipe de guarda em conjunto com a Polícia Militar do Ceará durante os festejos de Santa Tereza nesse mês outubro. Destacou a organização, segurança e dedicação desses profissionais, reforçando seu reconhecimento público. Sequentemente, celebrou o sucesso da festa de outubro, mencionando a lotação total do Parque de Eventos João de Almeida Braga, com estimativas entre 8.000 (oito mil) e 10.000 (dez mil) participantes, ressaltando a capacidade da gestão municipal em garantir segurança e organização durante o evento. Por isso, elogiou a prefeita e o Secretário de Cultura, bem como toda a equipe envolvida na realização da festa. Também fez menção à equipe do Eeplaza, nas pessoas do Daniel Vieira e Liliane Alexandre, que estão fazendo participando, com todas as crianças que compõem a escolinha, de um dos maiores campeonatos regionais de futsal do interior cearense: a Copa Padre Cícero, em Juazeiro do Norte. Assim, cumprimentou os jovens atletas pelo desempenho, assim como agradeceu aos pais e à Secretaria de Esportes pelo apoio às crianças. Lembrou ainda da retomada dos jogos do Campeonato Municipal de Futsal e convidou os atletas para a tradicional prova de MTB Altaneira 3 Horas, ressaltando a importância do cumprimento rigoroso do regulamento e do prazo de inscrições, até 30 (trinta) de outubro. O parlamentar destacou, ainda, a festa dos professores promovida pelo governo municipal, em homenagem aos profissionais da rede municipal e estadual, reconhecendo o compromisso da prefeita Késia e do Secretário de Educação Adeilton Silva com a valorização dos docentes. Enfatizou que o reconhecimento vai além das festas, refletindo-se no cotidiano escolar, com direitos garantidos, como o planejamento domiciliar de 50% (cinquenta por cento) da carga horária, a contratação de professores temporários por processo seletivo aberto e o pagamento do piso salarial integral, medidas inéditas, de acordo com ele. O vereador mencionou também avanços na infraestrutura educacional, como a construção de novas salas de aula, adequações elétricas em escolas e aquisição de ônibus escolares, reforçando que tais ações evidenciam o compromisso da atual gestão com a educação de Altaneira. Ainda nessa pauta, ressaltou sua própria experiência como professor e gestor escolar, reforçando a importância de manter o vínculo com o chão da sala de aula, enfatizando que a valorização do docente se dá tanto no reconhecimento público quanto no acompanhamento do trabalho diário em sala. Encerrando, registrou seu abraço e reconhecimento a todos os profissionais da educação do município. A vereadora Tia Janne também enalteceu a festa em comemoração ao Dia do Professor, parabenizando a prefeita Késia, o Secretário de Educação Adeilton Silva e toda a equipe envolvida, ressaltando a importância de valorizar os professores como “coração da educação e semente do futuro”. Destacou que toda profissão depende do trabalho do professor e saudou todos os docentes do município, em nome de sua irmã e professora, Maria Duarte. Igualmente, homenageou os agricultores, reconhecendo seu trabalho árduo e dedicação, ressaltando a importância da agricultura para a alimentação da população e para um Brasil forte e sustentável. Citou, ainda, o prazo de inscrições do Seguro Safra (até dia trinta do corrente mês), enfatizando a parceria da gestão municipal com os produtores locais. Celebrou também outras datas significativas, como o Dia da Alimentação, destacando a importância de uma alimentação saudável, especialmente para as crianças nas escolas; o Dia do Poeta, saudando todos os poetas e artistas do município e o Dia do Médico, parabenizando profissionais como a médica altaneirense Ana Flávia e todos os médicos que atuam com dedicação e amor. Em um segundo momento, reconheceu a grandiosidade da Festa da Padroeira Santa Tereza, destacando a participação de mais de 10.000 (dez mil) pessoas, incluindo visitantes nacionais e internacionais, ressaltando a valorização da cultura e a segurança promovida pela equipe municipal e pela Polícia Militar. Destacou o trabalho dos agentes comunitários e da equipe de saúde, que fiscalizaram barracas e prestaram atendimento adequado.



garantindo o sucesso do evento. Mencionou ainda a conquista do município com o Prêmio Cozinha Transformadora – Ceará Sem Fome, ressaltando sua importância para a dignidade, cidadania e fortalecimento dos laços comunitários. Para concluir, abordou a nota de repúdio emitida pela Procuradoria da Mulher na Câmara, que a tem como Procuradora Titular e como Subprocuradora a vereadora Professora Ana Maria. Informou que, logo que a Procuradoria tomou conhecimento do fato, buscou soluções, atuando de forma preventiva e protetiva, cujo trabalho realizado incluiu investigação e acompanhamento da vítima, em parceria com a Secretaria de Saúde e a assistência social, garantindo que fossem oferecidos cuidados multidisciplinares. Em aparte, o vereador Paulo Robson destacou a atuação do Conselho Tutelar durante as festividades desse mês, ressaltando a presença constante e o trabalho ativo do colegiado, especialmente nas escolas do município, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Registrou ainda a reeleição do conselheiro Everton Venancio à presidência do Conselho Tutelar e parabenizou-o, desejando que continue desempenhando suas funções com dedicação e zelo. De volta com a fala, a vereadora Tia Janne também reconheceu o trabalho realizado pelos conselheiros tutelares, parabenizando todos os membros do Conselho Tutelar do município pelo desempenho exemplar de suas funções. O vereador Professor Nonato registrou sua satisfação por poder, mais uma vez, parabenizar sua esposa, senhora Cecília de Oliveira, pelo seu aniversário, celebrado no dia de ontem. Estendeu os cumprimentos às servidoras da Câmara, Denna e Laila, à senhora Emanuelle Teles — esposa do vereador Paulo Robson — e à senhora Janaína Martins, esposa do ex-secretário Júnior Dias, bem como a todos os aniversariantes do mês de outubro, destacando o respeito e a convivência harmoniosa que mantém com todos. Em seguida, retomou a um ponto abordado pelo Secretário de Infraestrutura durante sua participação na sessão, lembrando que o gestor da pasta afirmou que o engenheiro da AC Engenharia é o mesmo da prefeitura. Acrescentou que esse mesmo profissional continua prestando serviços ao município, e questionou: se o profissional não possui competência de atestar um documento para uma empresa, qual a competência que detém para atestar as obras do município. Desse modo, voltou a afirmar que o município parece mais de uma realidade: a realidade das redes sociais, a realidade da fala de quem defende a administração e a realidade do povo que apresenta dúvidas, cobranças e necessidades. Após essa afirmativa, lamentou as dificuldades enfrentadas pela população, especialmente na área da saúde, relatando denúncias de que o ônibus escolar adquirido com recursos federais estaria sendo utilizado para transportar pacientes de hemodiálise até Juazeiro do Norte, o que, segundo ele, demonstra falta de planejamento e sensibilidade com os pacientes. Mencionou ainda a demora na realização de exames médicos, com alguns cidadãos relatando 6 (seis) meses de espera, a ausência de carro-pipa para atender comunidades como o Vale do São Romão e o contraste com o uso do veículo durante eventos festivos no parque de vaquejada. Ressaltou que, embora a estrada CE-488 seja de responsabilidade do Estado, a prefeitura também tem o dever de zelar pela população local. Registrou ainda que há uma semana o Vale do São Romão encontra-se em chamas e que nenhum secretário de meio ambiente, ambientalista e nem funcionário da prefeitura se dirigiu até o local. Em contrapartida, informou que vizinho a um terreno do prefeito, no sábado, um incêndio também ocorreu e, dessa vez, há denúncias de que o carro-pipa e máquinas do município foram utilizadas para conter o fogo, o que considerou correto, mas defendeu que o mesmo atendimento deve ser prestado a todas as comunidades. Por fim, o parlamentar criticou a gestão municipal por nomear, para cargo no setor financeiro, pessoa que, segundo ele, responde a processo por improbidade administrativa, considerando tal ato incoerente com o discurso de moralidade e eficiência propagado pela administração. Em aparte, o vereador Júnior do Povo informou que o processo mencionado pelo colega trata-se do de nº 01/2025/00011144, no qual o servidor em questão foi condenado por improbidade administrativa e mesmo assim encontra-se dentro do Gabinete. Ressaltou que o promotor Dr. Ariel agiu de forma assertiva ao instaurar inquérito de investigação para apurar os fatos, considerando que, entre os documentos analisados, havia inclusive carteira de habilitação que deveria ter sido confiscada. O parlamentar afirmou que o caso é grave e de conhecimento de todos, destacando ainda a existência de outro procedimento, convertido em



inquérito civil público, referente a nepotismo, sob o nº 01/2025/00059164. Informou que o Ministério Público determinou que a Prefeita Ana Késia de Alcântara Soares encaminhasse, no prazo de dez dias, todas as portarias de nomeação emitidas desde o início da atual gestão, contendo informações sobre função, grau de parentesco, hierarquia e subordinação dos nomeados. Segundo o vereador, tal medida demonstra que há indícios suficientes para investigação, uma vez que, se inexistissem irregularidades, não haveria necessidade de abertura do inquérito. Finalizou reforçando que já há três ações civis públicas em andamento contra a atual “gestão dos sonhos”. De volta com a fala, o vereador Professor Nonato afirmou que a atual gestão municipal apresenta, segundo ele, características dúbias, pois há situações em que determinados atos “podem e devem” ser realizados para alguns, enquanto são negados a outros. Referindo-se novamente à festa do município, observou que, em uma cidade com menos de sete mil habitantes e que votam quase oito mil, é incoerente divulgar números inflados de público, mencionando que se chegou a falar em dez mil pessoas na última noite do evento. Disse acreditar que a prefeita busca promover uma imagem nas redes sociais que não corresponde à realidade, tentando justificar despesas consideradas elevadas. O parlamentar declarou não se convencer por informações divulgadas em mídias sociais e afirmou que não aceita tudo o que ouve ou vê sem questionamento. Na sequência, comentou sobre um vídeo publicado nas redes sociais pelo ex-vereador e atual Secretário de Educação, professor Adeilton, em que este teria respondido a críticas sobre a falta de produtos de limpeza nas escolas municipais. O vereador esclareceu que foi ele quem fez a reclamação, e destacou que o vídeo foi divulgado dois dias após o fato, mostrando produtos que, segundo afirmou, só chegaram às escolas posteriormente. Ressaltou, ainda, que o processo de licitação para aquisição desses materiais ainda estava em andamento, questionando a legalidade de compras realizadas antes da conclusão do certame e mencionou relatos de funcionárias que teriam adquirido produtos em mercados locais para uso nas escolas. O vereador Professor Deza Soares afirmou ser importante que o Ministério Público investigue as denúncias relacionadas ao nepotismo na administração municipal. Ressaltou que, caso tais práticas estejam de fato ocorrendo, trata-se de situação lamentável, sobretudo considerando que o Poder Executivo dispõe de assessoria jurídica, a qual deve ter pleno conhecimento sobre a vedação de atos dessa natureza. Pontuou, entretanto, que sua fala não é em tom de julgamento, mas apenas uma observação de que o que está incorreto não deve ser mantido por nenhuma gestão. Trazendo registros de interesse da Casa Legislativa, informou que, nesta sexta-feira, terá início a implantação do sistema de energia solar na Câmara, projeto de sua autoria, que trará benefícios tanto na redução de custos com energia elétrica quanto na preservação ambiental. Comunicou também que está em andamento a elaboração de ato normativo alinhado ao decreto do Governo do Estado e do Poder Executivo Municipal, estabelecendo ponto facultativo no dia 27 (vinte e sete) de outubro, segunda-feira, em antecipação ao Dia do Servidor Público, que será celebrado no dia 28 (vinte e oito), terça-feira. Em razão disso, informou que não haverá sessão ordinária nessa data. Concluindo, informou que o encontro alusivo ao concurso de redação promovido pela Escola do Legislativo da Câmara Municipal, inicialmente previsto para ocorrer no dia 27 (vinte e sete), terá nova data a ser definida, em virtude da ausência de expediente na referida segunda-feira. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Projeto de Lei nº 021/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que institui a Sala Lilás no município De Altaneira - CE e dá outras providências. Após o anúncio da matéria, o Presidente informou que a mesma foi avocada, devido estar com o prazo vencido e sem parecer da Comissão Permanente. Para fazer a defesa da matéria, o autor da mesma, vereador Paulo Robson informou que a proposta tem origem em iniciativa alinhada à Escola do Legislativo, idealizada pela Mesa Diretora. Explicou que o projeto surgiu a partir do Programa Jovem Legislador, desenvolvido em parceria com vereadores de Santana do Cariri, Adriano Casado e Nova Olinda, Dra. Ana Karine, possibilitando que estudantes apresentassem projetos de lei. Relatou que participaram alunos das redes municipal e estadual, sendo vencedora a estudante altaneirense Antônia Ingrid Silva, da Escola Estadual Padre Luís Filgueiras, de Nova Olinda, sob orientação da professora Júlia. Esclareceu que, embora ausente na sessão, a aluna elaborou proposta consistente, voltada à criação de um espaço de atendimento às



mulheres altaneirenses, a ser executado pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde, com o uso de profissionais já existentes no quadro municipal. O vereador explicou que os estudantes vencedores participaram de uma viagem cultural a Fortaleza, onde visitaram a Câmara Municipal e a Assembleia Legislativa, com o apoio do deputado federal licenciado Idilvan Alencar. Acrescentou que o espaço tem por objetivo oferecer apoio psicológico, social e de saúde às mulheres do município, e destacou que a iniciativa é viável e relevante, alinhando-se às ações municipais de proteção à mulher, e solicitou o apoio dos demais parlamentares para sua aprovação. Informou ainda que pretende apresentar futuramente dois projetos elaborados por estudantes da Escola 18 de Dezembro, orientados pela professora Lidiane Félix, que instituem o Selo Escola Sustentável e o Selo Escola Antirracista, também em consonância com as ações da Escola do Legislativo. Após, passado o tempo regimental para inscrições, o vereador Júnior do Povo solicitou que fosse aberta uma exceção, pois, segundo ele, estava resolvendo uma questão e não se atentou ao tempo. Solicitação negada pela Presidência por entender que o Regimento não poderia ser quebrado. O vereador Professor Nonato fez pedido de vista à matéria, porém, quando o Presidente alertou que a mesma se encontrava vencida, o parlamentar retirou a solicitação. Assim, a matéria foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 2: Parecer nº 006/2025, do Vereador Zé de Zuza, ao Projeto de Lei nº 022/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que dispõe sobre os feriados municipais e adota outras providências. Após a leitura do parecer favorável com emenda, o vereador Júnior do Povo, que havia pedido vista à matéria na sessão passada, explicou que o fez após analisar o parecer jurídico e ouvir o vereador Professor Nonato. Destacou que, conforme o parecer, o artigo 2º do projeto, ao delegar ao prefeito a criação de novos feriados por decreto, configuraria violação ao princípio da reserva legal e à separação dos poderes, sendo recomendada a supressão ou reformulação do dispositivo, a fim de deixar claro que a criação de feriados deve ocorrer exclusivamente por meio de lei aprovada pelo Legislativo. Por isso, apresentou emenda substitutiva de plenário ao referido artigo, estabelecendo que a instituição de feriados municipais compete ao Poder Legislativo, mediante lei aprovada pela Câmara e sancionada pelo Executivo. Informou que a justificativa da emenda se fundamenta integralmente no parecer jurídico emitido pela assessoria da Casa. O vereador Paulo Robson justificou que a iniciativa do projeto surgiu justamente a partir da situação mencionada pelo vereador Júnior do Povo, explicando que não é contrário por discordância, mas por considerar desnecessária a emenda apresentada. Esclareceu que os feriados municipais já são instituídos por decreto, e que o objetivo do projeto é corrigir essa irregularidade, criando uma lei específica que consolide oficialmente os feriados do município. Relatou que a proposta nasceu após reunião com líderes evangélicos, para tratar sobre o Dia do Evangélico. Na ocasião, ao procurar a lei municipal que instituiu os feriados, constatou que não havia norma específica, mesmo após pesquisa junto à Câmara Municipal, à prefeitura e à sua assessoria jurídica particular. O parlamentar informou ainda que houve um equívoco na proposta original, pois havia omitido o feriado da Consciência Negra, instituído por lei de autoria do vereador-presidente Professor Deza Soares, e que solicitou a inclusão da data por meio de emenda, a fim de deixar o texto completo, fato que ocorreu enquanto o projeto estava em trâmite. Por fim, reiterou o respeito ao parecer jurídico da Casa, mas afirmou que, nesse caso, segue o entendimento de seu assessor jurídico particular, o qual também considera desnecessária a alteração proposta, visto que os feriados municipais já são instituídos por decreto e o projeto visa apenas regularizar essa situação em lei. O vereador Professor Nonato afirmou que o projeto de lei em discussão é curioso, pois, conforme relatado pelo vereador Paulo Robson, surgiu da ausência de uma lei específica que instituisse os feriados municipais, constatada durante reunião com líderes evangélicos para tratar do Dia do Evangélico, feriado de sua autoria. Recordou que a instituição dessa data teve o intuito de garantir aos fiéis o direito de celebração, assim como ocorre com feriados religiosos católicos. O parlamentar destacou, contudo, que lhe causa estranheza a redação do artigo 2º do projeto, por entender que tal dispositivo retira da Câmara Municipal a prerrogativa de instituir feriados municipais, delegando essa competência ao Poder Executivo, o que, em sua avaliação, fere



a separação dos poderes e a reserva legal. Ressaltou que, segundo o parecer jurídico da Casa, a criação de feriados só pode ocorrer mediante lei aprovada pelo Legislativo, e não por decreto. Enfatizou que aprovar o projeto sem alteração significaria transferir à prefeita o poder de decretar feriados sem apreciação legislativa, o que, segundo ele, enfraquece a autonomia da Câmara e descaracteriza sua função deliberativa. Reforçou que a emenda apresentada ao artigo 2º é a que garante aos vereadores o direito constitucional de discutir e aprovar feriados, assegurando à população o direito de sugerir novas datas por meio do Legislativo. Relembrou que, quando propôs o feriado do Dia do Evangélico, ouviu a comunidade e submeteu o tema à votação dos vereadores, e que, caso o projeto atual seja aprovado sem a emenda, novos feriados dependeriam exclusivamente da vontade da prefeita, sem necessidade de aprovação da Câmara. or fim, declarou que, embora não tenha objeção pessoal ao autor da matéria, votará favorável ao projeto, mas também em defesa da emenda que mantém a autonomia legislativa, reafirmando que a criação de feriados é prerrogativa da Câmara Municipal de Altaneira e não do Poder Executivo. Em aparte, o vereador Júnior do Povo reforçou que, conforme o assessor jurídico da Casa, Dr. Timóteo Mariano, é necessário que sejam feitas as adequações indicadas, pois, com essas alterações e sendo o texto apresentado em forma de lei, o projeto estará em conformidade com a Constituição Federal, a Lei nº 9.093/1995 e a Lei Orgânica Municipal, garantindo segurança jurídica e estabilidade normativa. Caso contrário, se os feriados continuarem sendo instituídos por decreto, não haverá estabilidade nem segurança jurídica, podendo a Câmara ter que refazer futuramente todo o processo legislativo. O vereador destacou que a autonomia para discutir e aprovar feriados deve permanecer com o Poder Legislativo, permitindo que a Câmara delibere quantas vezes forem necessárias sobre os feriados que representem o interesse popular, e não que apenas uma pessoa defina, por decisão individual, novas datas de feriado. Ressaltou ainda que seu posicionamento não retira o mérito do projeto de autoria do vereador Paulo Robson, mas que o objetivo é assegurar que a matéria tenha respaldo legal e seja aprovada em consonância com a legislação vigente. Afirmou reconhecer o compromisso e a seriedade desta Casa Legislativa e observou que, se a antiga lei sobre feriados não foi sancionada pelo Executivo, caberia ao Legislativo fazê-lo, como prevê o processo legal, entendendo que a ausência dessa sanção foi uma falha que passou despercebida por ambos os poderes. De volta à palavra, o vereador Professor Nonato registrou que pode até votar a favor do projeto, reconhecendo que a matéria merece apreciação, mas destacou que é necessária sua readequação. Explicou que, como representantes do povo de Altaneira, os vereadores devem compreender que o projeto, na forma atual, tira a autonomia legislativa, pois delega ao Executivo a decisão sobre novos feriados. Citou, como exemplo, a possibilidade de um vereador desejar instituir feriado para as comunidades quilombolas, mas que essa decisão passaria a depender da vontade da prefeita ou de um gestor futuro. Ressaltou que a discussão não se refere apenas à gestão atual, mas também a futuras administrações, e que a Câmara deve manter sua prerrogativa de legislar sobre o tema, garantindo que vereadores possam votar de acordo com o interesse da população, sem depender exclusivamente do Executivo. O parlamentar afirmou que, embora o gestor municipal tenha autoridade para determinar pontos facultativos, a criação de feriados deve permanecer sob responsabilidade da Câmara Municipal, assegurando que as decisões sejam tomadas em benefício do povo de Altaneira e preservando a autonomia do Poder Legislativo. Pela ordem, o vereador Paulo Robson questionou em que momento o artigo 2º do projeto retiraria a autonomia da Câmara, afirmando que tal autonomia já não existe, uma vez que feriados como o do dia 15 (quinze) de outubro e o dia 18 (dezoito) de dezembro têm sido instituídos por decreto do Executivo há anos. Segundo ele, o artigo 2º apenas regulariza o que já é praticado pelos gestores, definindo oficialmente os feriados já reconhecidos no calendário municipal, conforme descrito no artigo 1º. Reforçou que, ao se perguntar qual lei institui feriados como os já mencionados por ele, verifica-se que não há lei específica, sendo esses feriados definidos por decreto. Concluiu afirmando que o artigo 2º não diminui a autonomia da Câmara, mas apenas formaliza feriados já existentes, reforçando que o processo legislativo e a democracia devem ser respeitados, e que a matéria deve ser votada conforme entendimento dos vereadores. Após o anúncio



de que o parecer e a emenda seriam postos em votação, o vereador Paulo Robson fez uso da palavra para orientar que aqueles que entenderam os seus argumentos devem votar sim na primeira votação, e não na votação seguinte. Na sequência, a matéria foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Após, a emenda proposta em plenário pelo vereador Júnior do Povo foi posta em votação, tendo obtido o seguinte resultado: vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professora Ana Maria e Professor Nonato: votos favoráveis. Vereadores Paulo Robson, Tia Janne, Valmir Brasil e Zé de Zuza: votos contrários. Havendo empate, o Presidente Professor Deza Soares registrou que possui o critério de acatar o entendimento da assessoria jurídica da Casa e que, apesar dos esclarecimentos, em sua visão, o artigo 2º do projeto deixa uma abertura ao afirmar que “o Chefe do Poder Executivo poderá decretar outros feriados municipais por decreto, apresentando as justificativas ao Legislativo”. Assim, esclareceu que haveria apenas a apresentação de justificativas, não havendo deliberação no plenário. Desse modo, registrou seu voto favorável à emenda. Emenda de Plenário aprovada pela maioria. Item 3: Projeto de Indicação nº 017/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, que dispõe sobre a criação da Gratificação por Regência de Sala aos professores efetivos do Município de Altaneira e dá outras providências. Após a leitura da matéria, o vereador Júnior do Povo lembrou que também havia feito pedido de vista à matéria. Contudo, esclareceu que, após diálogo com o autor da propositura, suas dúvidas foram sanadas, antecipando, inclusive, que posteriormente fará uma indicação a pedido dos professores. Durante a defesa da matéria, o vereador Professor Nonato registrou que, durante o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), a Câmara Municipal recebeu diversos projetos de lei relacionados à criação de cargos na Secretaria de Educação, uma pasta que movimentará aproximadamente R\$ 21.000.000 (vinte e um milhões de reais) esse ano, sendo cerca de R\$ 15.000.000 (quinze milhões de reais) destinados ao pagamento de salários de seus servidores, correspondendo, o valor total, a 10% (dez por cento) do orçamento do município. Afirmou que a razão pela qual a prefeita envia tantos projetos para criar cargos e monitorias, é uma forma de utilizar 70% (setenta por cento) da folha de pagamento, com salários da educação. Afirmou ainda que a prefeita optou por criar cargos “a troco de sustentar alguma base eleitoral”. O parlamentar lembrou promessas de campanha da gestoras, onde afirmava que iria “valorizar os professores”, porém, frisou que valorizar docentes não se resume a eventos ou festas, mas inclui melhorias salariais, citando que a gratificação por regência de sala, que existia anteriormente, foi retirada e que, atualmente, os professores de Altaneira não recebem complementos equivalentes aos praticados em cidades vizinhas, como Juazeiro e Crato. Segundo ele, considerando o salário-base da categoria, a gratificação por regência de sala poderia elevar a remuneração de 100 (cem) horas, a quase R\$ 5.000 (cinco mil reais), mas esse direito não está sendo pago. O vereador destacou que o projeto de indicação tem como objetivo restituir a gratificação por regência de sala aos professores de Altaneira, garantindo 40% (quarenta por cento) sobre o salário básico, caso seja encaminhado pela prefeita para a Câmara e aprovado. Esclareceu que o projeto não beneficia sua pessoa, mas sim os docentes, representando uma forma de a gestora municipal cumprir suas promessas de campanha e reconhecer a categoria, corrigindo uma lacuna deixada por gestões anteriores. Esclareceu que não é contra a criação de cargos dentro da referida pasta, mas está em defesa de maior valorização dos professores. Por fim, reforçou que gratificação e salário básico são elementos distintos e que o projeto visa assegurar direitos específicos aos professores, promovendo justiça e valorização da categoria dentro da Secretaria de Educação. A vereadora Tia Janne declarou que votaria favoravelmente ao projeto, destacando, contudo, que, em sua avaliação, a proposta não assegura de forma plena os direitos dos professores. Explicou que, caso a gratificação prevista não esteja incorporada aos vencimentos, o servidor pode perder o benefício em situações de afastamento, atestado médico ou aposentadoria, o que demonstra que a medida não garante estabilidade total. A vereadora ressaltou, entretanto, que mantém o compromisso de jamais votar contra uma categoria tão representativa e importante quanto a dos professores. Parabenizou o autor pela iniciativa e afirmou que sempre apoiará projetos que tragam benefícios aos profissionais da educação ou a qualquer outra classe trabalhadora. Concluiu



observando que cabe ao Poder Executivo analisar a viabilidade da indicação de forma sensata e responsável. O vereador Paulo Robson informou que acompanharia o voto favorável já anunciado pela vereadora Tia Janne, destacando que a proposta representa uma intenção positiva de valorização da categoria. Observou que o ideal seria a possibilidade de gratificar todos os profissionais da educação, incluindo merendeiras, auxiliares e servidores de apoio, reconhecendo o mérito coletivo dos trabalhadores do setor. O vereador relatou que a gratificação de regência de classe já existia desde a gestão do ex-prefeito Delvamberto, e que participou, em 2011 (dois mil e onze), da comissão de elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do magistério municipal, ocasião em que tal gratificação foi incorporada ao vencimento base dos professores. Destacou que essa medida foi fundamental para tornar o salário dos docentes de Altaneira um dos melhores da região, superior, inclusive, ao dos professores substitutos da Universidade Regional do Cariri (URCA) à época. Afirmou que, se os reajustes salariais tivessem sido aplicados corretamente nos anos seguintes, conforme o piso nacional, o município manteria ainda hoje um dos melhores salários da região. Contudo, lamentou que a valorização dos profissionais da educação tenha sido deixada de lado em gestões anteriores, sobretudo nos últimos oito anos, período em que diversos direitos foram suprimidos. Também ressaltou a importância da incorporação da gratificação de regência, que garante ao professor a manutenção da remuneração integral em casos de afastamento. Relatou que, durante o período eleitoral, quando precisou se afastar das funções docentes, perdeu a gratificação estadual, mas manteve integralmente a remuneração municipal, justamente por conta desse direito incorporado. O vereador também recordou a questão dos precatórios do Fundef, mencionando que, à época, parte dos vereadores confiou na promessa do então prefeito de que os recursos seriam preservados, o que, posteriormente, não se confirmou. Ressaltou que tal episódio demonstrou a importância de se manter vigilância e independência no exercício do mandato. Por fim, enfatizou que os vereadores da base governista possuem autonomia e não se submeteriam a decisões que retirassem direitos dos servidores. Defendeu que a atual gestão tem demonstrado compromisso com a valorização dos professores, citando, inclusive, o pagamento do dinheiro que "sobrou" do precatório, o reajuste acima do piso nacional e a garantia de direitos aos profissionais efetivos e temporários. Em aparte, o vereador Zé de Zuza afirmou que jamais votaria contra uma matéria dessa natureza, por reconhecer a importância dos professores na formação de todos. Destacou que todos, de alguma forma, já precisaram de um professor ou têm familiares que dependem da educação. Ressaltou que os profissionais da área são merecedores do reconhecimento e declarou apoio ao projeto de indicação, afirmando que também votaria favoravelmente caso se tratasse de um projeto de lei, em razão do valor e da responsabilidade do trabalho docente. Acrescentou que sempre apoiará propostas que beneficiem não apenas os professores, mas também os demais servidores e a população altaneirense. Retomando a palavra, o vereador Paulo Robson reforçou que valorizar o professor significa garantir direitos concretos, como a antecipação do 13º (décimo terceiro) salário no mês de aniversário e o pagamento do piso salarial também aos profissionais temporários. Afirmou que, se fosse possível indicar à prefeita a concessão de gratificações não só aos professores, mas também a coordenadores, gestores, secretários e demais servidores da educação, contaria com o apoio dos vereadores. A vereadora Professora Ana Maria parabenizou o vereador Professor Nonato pela iniciativa e declarou seu apoio integral à proposta. Afirmou que votaria favoravelmente e que, caso a matéria viesse a esta Casa como projeto de lei, também contaria com seu voto favorável. Ressaltou que não há valor que compense o trabalho e os desafios enfrentados pelos professores em sala de aula, motivo pelo qual toda forma de valorização é justa e necessária. Destacou que quanto mais reconhecido o professor se sentir, mais motivado e dedicado será em suas funções. A vereadora acrescentou ainda que seu apoio se estende a todas as categorias de servidores públicos, reafirmando o compromisso de votar favoravelmente a toda matéria que vise ao benefício e à valorização dos profissionais do município. Em aparte, o vereador Júnior do Povo parabenizou o vereador Professor Nonato pela iniciativa e afirmou que o debate sobre o precatório já está superado, ressaltando que é momento de avançar e inovar nas ações em



prol da educação. Destacou que os recursos referentes ao precatório já foram pagos aos professores e que o foco agora deve ser a construção de novas medidas que valorizem a categoria. O vereador defendeu a aprovação do projeto de indicação, observando que os professores merecem todo o reconhecimento e incentivo financeiro possível. Afirmou que a valorização docente também se dá por meio de melhores condições de trabalho, como salas climatizadas e espaços adequados para descanso e planejamento. Enfatizou que a educação precisa evoluir e que o município dispõe de recursos suficientes para investir na área, considerando o orçamento destinado à educação. Em outro aparte, o vereador Professor Nonato dirigiu-se diretamente aos professores de Altaneira, alertando para que não se deixem enganar por discursos que, segundo ele, apenas defendem a administração municipal. Explicou que o projeto apresentado é uma indicação e reiterou que a gratificação de regência não está incorporada ao salário-base dos docentes. O vereador detalhou que o piso nacional do magistério é de R\$ 4.867,00 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais) para 40 (quarenta) horas semanais, e que, embora Altaneira pague valores superiores, a gratificação de regência não compõe o vencimento base, mas é um acréscimo específico. Argumentou que salário-base e gratificações são institutos distintos: o primeiro serve de referência para o cálculo de outros direitos, enquanto as gratificações são adicionais condicionados ao exercício da função em sala de aula. Acrescentou que o professor que se afasta por licença ou aposentadoria deixa de receber a gratificação justamente por não estar em regência, mas, enquanto estiver em exercício, tem direito pleno ao benefício. Fazendo uso do seu tempo de liderança, o vereador Paulo Robson afirmou que não inventou histórias, apenas relatou fatos que presenciou e vivenciou. Declarou sentir-se ofendido com a acusação de que teria proferido “falsas conversas”, ressaltando que suas falas refletem aquilo que vê e compreende, sem qualquer intenção de enganar ou iludir, e que nunca utilizou o mandato para obter benefícios pessoais. Explicou que, ao assumir a vereança, abriu mão de uma das suas cargas horárias no município – mesmo sem ter sido processado – por entender que seria irregular acumular remunerações, mesmo ciente de que isso lhe traria prejuízo financeiro. Destacou que sempre tratou o dinheiro público com responsabilidade e ética, jamais recebendo valores sem trabalhar, afirmando que “falsas conversas” é justamente fazer o oposto e que não terá o dessabor de receber esse processo. Demonstrou indignação por ter sido acusado injustamente e lamentou que, em meio a críticas políticas, faltem respeito e reconhecimento pelo trabalho dos parlamentares. Lembrou as críticas anteriores, feitas ainda nessa sessão, aos trabalhadores que prestaram serviço voluntário, observando que, por outro lado, “quem recebeu sem trabalhar” não foi alvo de qualquer reprovação. O vereador afirmou que, embora tenha se emocionado, precisava expressar seu sentimento de decepção diante das ofensas recebidas, frisando que jamais utilizou seu espaço na Câmara para enganar ou difamar. Concluiu dizendo que todo agente público, seja vereador, prefeito ou qualquer outro servidor, deve ser julgado por seus atos e responder à justiça quando agir de forma incorreta, ressaltando que “a palavra convence, mas o exemplo arrasta”. Também fazendo uso de seu tempo de liderança, o vereador Professor Nonato afirmou que sempre tem se manifestado de forma respeitosa e serena, não por sabedoria, mas por educação. Ressaltou que o político é constantemente avaliado por suas ações e por suas palavras, e que todos os vereadores desta Casa serão igualmente julgados pelos eleitores que os elegeram. Esclareceu que não citou nenhum vereador e voltou a fazer o mesmo alerta: “professores e cidadãos de Altaneira, não caiam nas falsas falácias e conversas que escutam por aí, porque não sou eu pago com dinheiro público para defender os interesses da prefeita, nem tão pouco da administração”. Também afirmou que não se deixou intimidar por propostas vantajosas que pudessem comprometer sua integridade moral, e que, caso venha a cometer algum erro, assumirá a responsabilidade e responderá por ele. Relatou já ter sido processado pela prefeita e que contratou advogado para sua defesa, reafirmando sua confiança na Justiça e sua convicção de não ter obtido qualquer vantagem financeira indevida. Enfatizou que defende seus ideais e princípios com firmeza, sem se deixar influenciar por falsas ideias ou pressões externas. Concluiu destacando que suas falas têm o propósito de representar, com coerência, as reais necessidades do povo de Altaneira, e que não se presta a ocultar ou justificar irregularidades na



gestão pública. A posteriori, o vereador Professor Deza Soares esclareceu alguns pontos relativos ao debate, afirmando que, diante do posicionamento já manifestado pelos parlamentares, provavelmente não seria necessário o voto de desempate do Presidente, lembrando que este só ocorre em caso de empate nas deliberações. Explicou que sempre procura decidir com base na lei e na coerência, reconhecendo que, mesmo quando há divergências, busca agir conforme seu entendimento e consciência. Reportando-se à fala do vereador Paulo Robson sobre a questão da incorporação, informou ter acompanhado o referido processo à época, ratificando que se tratou de um avanço significativo para os servidores, uma vez que as gratificações foram incorporadas de forma definitiva, representando um ganho real e importante para a categoria. Parabenizou o vereador Professor Nonato pela apresentação do projeto de indicação, reconhecendo a relevância de toda iniciativa que busque valorizar os professores, desde que realizada dentro da legalidade. Destacou que, sempre que houver a possibilidade de novos benefícios à categoria, estes devem ser bem-vindos, pois resultam em ganhos não apenas para os docentes, mas também para os estudantes, para a gestão e para o município como um todo. Por fim, esclareceu que a questão dos precatórios não era de competência da Câmara Municipal, tratando-se de uma decisão judicial de primeira instância, posteriormente mantida em segunda instância, e que, caso fosse levada a uma terceira, provavelmente teria o mesmo resultado. Reforçou, portanto, que o Legislativo não teve qualquer responsabilidade ou poder de decisão sobre a obrigatoriedade do pagamento desses valores. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Professor Deza Soares, reforçou que na próxima segunda-feira, dia 27 (vinte e sete), não haverá sessão ordinária em virtude da antecipação do feriado do Dia do Servidor Público, celebrado na terça-feira, dia 28 (vinte e oito), agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna, e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 20 de outubro de 2025.

Paulo Robson Luiz de Oliveira

Nonato